

A REPRESENTAÇÃO DO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO BANCO DE PERIÓDICOS DA CAPES

The representation of agribusiness financing in scientific research in Brazil: a bibliometric analysis of the CAPES journal bank

Domingos da Costa Rodrigues

Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG
domingoscosta@discente.ufg.br

Manoel Calaça

Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG
manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com

Valéria Pereira Santos

Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG
valeriapereira@discente.ufg.br

Natalia Lucas Mesquita

Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG
natalialucas@discente.ufg.br

Resumo: O financiamento do agronegócio ocupa um papel central na economia brasileira, atuando como motor para inovações e crescimento do setor. Esta análise bibliométrica identificou que apesar da importância do tema, há uma quantidade limitada de produção acadêmica disponível na base de periódicos da CAPES. A maioria dos trabalhos revisados focaliza o financiamento público, ressaltando a dependência contínua do setor em relação ao apoio governamental. Contudo, uma lacuna notável foi observada na área dos subsídios, um elemento fundamental na dinâmica do financiamento. Além disso, a literatura apresenta uma atenção relativamente menor ao financiamento privado e às colaborações público-privadas. Esta tendência aponta para uma possível área subexplorada de pesquisa, que poderia revelar insights valiosos sobre a evolução do agronegócio no contexto atual. Dada a importância do agronegócio para a economia e a sociedade, é essencial que futuras pesquisas se aprofundem em áreas negligenciadas, garantindo uma compreensão holística das complexidades envolvidas no financiamento do setor e abordando as dinâmicas emergentes que moldarão seu futuro.

Palavras-chave: Pesquisa bibliométrica. Financiamento. Agronegócio Brasileiro

Abstract: Agribusiness financing plays a central role in the Brazilian economy, acting as a driver for innovation and growth in the sector. This bibliometric analysis identified that despite the importance of the topic, there is a limited amount of academic production available in the CAPES journal database. Most of the works reviewed focus on public financing, highlighting the sector's continued dependence on government support. However, a notable gap was observed in the area of subsidies, a fundamental element in the dynamics of financing. Furthermore, the literature presents relatively less attention to private financing and public-private collaborations. This trend points to a possible underexplored area of research, which could reveal valuable insights into the evolution of agribusiness in the current context. Given the importance of agribusiness to the economy and society, it is essential that future research delves deeper into neglected areas, ensuring a holistic understanding of the complexities involved in financing the sector and addressing the emerging dynamics that will shape its future.

Keywords: Bibliometric research. Financing. Brazilian Agribusiness

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Estado exerce papel fundamental no processo de expansão e fortalecimento do agronegócio no Brasil, atuando em diferentes frentes, tais como no investimento para construção de redes técnicas, na legitimação de medidas infralegais por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e, principalmente, a partir de políticas de crédito que são a principal fonte de financiamento desse setor. Conforme pontua Servo (2019, p. 1), em nota técnica do IPEA sobre a evolução do crédito rural nos últimos anos-safra, “a dependência do setor agropecuário ao crédito como principal fonte de financiamento é histórica e constitui um dos principais condicionantes do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário.”

Além disso, a interação entre o Estado e o agronegócio também se manifesta na pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, tem sido instrumental nesse aspecto. De acordo com o especial 40 anos da Embrapa, “As transformações ocorridas na agricultura tropical nas últimas quatro décadas são consideradas um caso único na história da agricultura mundial, em que a ciência e a tecnologia tiveram papel destacado” (EMBRAPA, 2022). Essa colaboração entre setor público e privado solidifica ainda mais o agronegócio como pilar importante da economia brasileira.

As políticas de crédito rural no país compreendem um conjunto de fontes de recurso e programas, com uma estrutura de linhas de crédito estruturada na década de 1960 (Souza; Herschmann; Assunção, 2020), especificamente, com a Lei n.º 4.829, assinada em 05 de novembro de 1965, pelo então Presidente Humberto Castelo Branco, que institucionalizou o Crédito Rural.

Essa lei estabeleceu as bases para um sistema de financiamento agrícola robusto e detalhado, voltado para o fomento das atividades rurais no Brasil. Na sua essência, a Lei buscava garantir recursos adequados e baixos custos para a produção, comercialização e processamento de produtos agrícolas, assim como para as atividades de pesca (BRASIL, 1965). Desde então, a importância do crédito rural como ferramenta de desenvolvimento econômico tem sido reconhecida e continuamente fortalecida por meio de várias atualizações e políticas subsequentes.

Considerando o expressivo aumento dos investimentos no setor agropecuário brasileiro, questiona-se: De que maneira a trajetória ascendente desses investimentos no agronegócio refletiu-se na quantidade e temática dos artigos relacionados ao financiamento

agropecuário? Além disso, quais modalidades de financiamento têm sido mais frequentemente discutidas nessa literatura? Quais os temas e subtemas abordados nas pesquisas? Quais as tendências emergentes, abordagens recorrentes e possíveis lacunas na pesquisa acadêmica sobre o financiamento do agronegócio?

Tendo em vista a dinâmica complexa do setor, estabeleceu-se como objetivo principal deste estudo: analisar por meio de uma bibliometria dos artigos sobre financiamento do agronegócio disponíveis no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) visando compreender as principais abordagens sobre o tema. Através desta investigação, pretende-se discernir as principais tendências de pesquisa e identificar as modalidades predominantes de financiamento que se tornou objeto de discussão na literatura acadêmica. Assim, busca-se contribuir para uma compreensão mais ampla e atualizada das discussões acadêmicas em torno do financiamento do agronegócio brasileiro.

A bibliometria refere-se ao estudo e medição de publicações, caracterizada por técnicas quantitativas utilizadas para analisar e avaliar a produção e disseminação do conhecimento registrado em documentos científicos (Vanti, 2002). Essa abordagem permite quantificar e analisar os padrões de publicação e citação, proporcionando uma compreensão mais aprofundada sobre um determinado campo do conhecimento.

A importância da bibliometria advém de sua capacidade de mapear e interpretar a produção científica em uma área específica, identificando tendências, lacunas e áreas de crescimento (Mugnaini, 2008). Além disso, a bibliometria auxilia pesquisadores a entenderem a evolução de um campo de estudo e a identificar trabalhos e autores influentes.

No contexto do agronegócio, a aplicação da bibliometria pode ser fundamental. Devido à significativa relevância econômica e social do agronegócio, torna-se importante ter um panorama claro sobre as principais tendências de pesquisa sobre o tema. Ao se debruçar sobre reflexões sobre "Financiamento do Agronegócio" e "Financeirização do Agronegócio", uma análise bibliométrica pode elucidar os principais debates, desafios e direções tomadas pelos pesquisadores.

Assim, a bibliometria emerge como uma ferramenta estratégica, capaz de guiar o pesquisador através da extensa literatura, especialmente em campos tão impactantes e dinâmicos quanto o agronegócio.

A opção pelo Portal de Periódicos da CAPES fundamentou-se em sua notoriedade e abrangência no cenário acadêmico brasileiro. Este repositório congrega um extenso acervo que engloba periódicos, dissertações, teses e uma diversificada de documentos acadêmicos. A

seleção criteriosa e o rigor com que estas produções são avaliadas asseguram sua qualidade e pertinência. Optando por essa plataforma, a pesquisa é embasada em fontes de inquestionável credibilidade, refletindo o estado da arte da produção acadêmica nacional.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados pautaram-se em uma bibliometria que envolveu buscas no banco de dados da CAPES, realizadas no dia 1 de agosto de 2023. Utilizando dois termos distintos para as consultas: "Financiamento do Agronegócios" e "financeirização do agronegócio".

Ao pesquisar o termo "Financiamento do Agronegócios", com um filtro que selecionasse apenas artigos publicados nos últimos cinco anos, encontramos 32 (trinta e dois) artigos. Percebendo a limitação no volume de trabalhos, decidimos expandir a busca, retirando o filtro temporal. Assim, obtivemos um total de 64 artigos. Deste conjunto, 22 artigos eram pertinentes ao nosso objeto de estudo.

Por outro lado, ao utilizar o termo "financeirização do agronegócio" e aplicar os mesmos critérios iniciais de busca, encontramos 15 artigos. Destes, apenas 5 atendiam especificamente ao nosso propósito de pesquisa. Com isso, a seleção final consistiu, portanto, em 27 artigos relevantes para nossa investigação, considerando ambos os termos de busca.

Para a efetiva sistematização dos dados coletados na bibliometria, optamos por estabelecer uma planilha no Excel, que nos permitiu organizar de maneira estruturada as informações extraídas dos artigos. Nessa planilha, foram definidas colunas específicas para registrar o título de cada artigo, as palavras-chave associadas, o nome do autor ou autores, o ano em que o artigo foi publicado e o objetivo principal da pesquisa.

Além disso, para aprofundar a análise no contexto do financiamento do agronegócio, incluímos colunas que indicam se o artigo aborda diretamente a questão do financiamento, se esse financiamento é de origem pública ou privada, e, finalmente, a modalidade específica de financiamento discutida ou analisada.

Essa organização metódica permitiu uma análise comparativa e detalhada dos artigos, facilitando a compreensão das diversas nuances e perspectivas relacionadas ao financiamento no campo do agronegócio.

CRONOLOGIA DO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio, como a expressão máxima do capital no campo, é um modelo de produção agroindustrial criado após a crise do modelo agroexportador de 1930, que se tornou

referência após a virada do século XXI, como consequência do fenômeno do *boom das commodities*. Esse setor agropecuário, também é conhecido como *agribusiness*, produz *commodities* para o mercado mundial e, por isso, a expressão agronegócio também é usada para estabelecer limites na interpretação entre a agricultura de larga escala (globalizada) e a agricultura familiar (Fernandes, 2015). Para Mitidiero e Goldfarb (2021, p. 5), “o agronegócio é um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária”.

Com o crescimento da demanda global de grãos, carne e biocombustíveis, pós-Segunda Guerra Mundial, o setor passou a investir na abertura de novas áreas agrícolas, o que exigiu melhoramento genético, cultivos de novas variedades, maior controle por agroquímicos, importação de tecnologias e frota agrícola, conseqüentemente, maior demanda por investimentos financeiros. A grande dependência de insumos e tecnologias externas, negociados em dólar, faz com que o agronegócio esteja em recorrentes crises financeiras e em buscas por financiamentos públicos e privados robustos.

Castro (2017) destaca quatro períodos históricos do crédito rural, no Brasil. O primeiro, funcionou através das casas comerciais, sem a participação do Estado. Essa modalidade financiou a produção agrícola com altos juros, e durou o período da colonização até a primeira revolução de 1937. O segundo, de 1937 a 1965, inaugurou a participação do Estado no direcionamento dos créditos rural com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), em 1935, executada com muita dificuldade pelo Banco do Brasil devido à precária circulação da economia e as poucas agências bancárias. Já o terceiro período, foi o marco da estruturação da política de crédito rural para agropecuária com a criação do SNCR, que fez parte do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) da época. Com o SNCR foi instituída a participação do setor privado no crédito rural por meio da Resolução 69/1967 do Banco Central do Brasil (BCB). E junto ao SNCR foi articulado um conjunto de órgãos para atuarem vinculados e articulados na execução do crédito rural:

O SNCR foi constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. Como órgãos básicos: Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste (BNB). Como órgãos vinculados: o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito (Castro, 2017, p. 41).

Logo após o SNCR foram criados os planos de desenvolvimento, como o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972–1974, e II PND, 1975–1979), que possibilitaram a execução do Programa de Polos Agropecuários e

Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), destinado a modernizar a agricultura e expandir a produção agropecuária em áreas prioritárias da Amazônia (Oliveira, 1988). Os investimentos financeiros, científicos e incentivos fiscais foram direcionados para aquisição de insumos, capacitação técnica, logística e agroindústria no campo. Para o desenvolvimento do Cerrado, o Estado implementou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), realizado em parceria entre os governos do Brasil e do Japão em três etapas direcionadas a médios e grandes produtores (Inocêncio, 2010). E, junto ao fortalecimento dos créditos, foram realizadas melhorias nas redes de escoamento e logística (Mendonça, 2004).

No quarto período, com início em 1990, foram instituídas novas modalidades de créditos aos produtores rurais, chamados de títulos créditos, como a Cédula de Produto Rural (CPR) através da Lei n. 8.929/1994, é uma promessa de entrega de produtos rurais, gerido como um ativo financeiro pelo Banco Central. Outra modalidade é a Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) por meio da Lei n. 11.076/2004.

Atualmente, o SNCR é o ambiente que articula a política de crédito agropecuária, sendo a principal fonte de crédito o Plano Safra:

Os créditos são ofertados por instituições públicas e privadas para custeio, investimento, comercialização e industrialização e são distribuídos segundo categorias: o “Pronaf” (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para os pequenos produtores familiares, o “Pronamp” (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) para os médios e para as “Demais” categorias nas quais se encaixam, principalmente, os grandes produtores, o Agro. (Mitidiero; Goldfarb, 2021, p. 15)

O Plano Safra, instituído em 2003 para fomentar e custear a produção, industrialização e a comercialização agropecuária, ao segmentar suas categorias de crédito, visa atender as demandas dos diversos segmentos de produtores, reconhecendo as particularidades e necessidades de cada grupo. O PRONAF, por exemplo, dá ênfase à agricultura familiar, um segmento importante para a segurança alimentar do país e para a diversidade produtiva. Esta segmentação é estratégica, uma vez que a agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos consumidos internamente e, ao mesmo tempo, enfrenta mais desafios para acessar recursos financeiros.

Por outro lado, o Pronamp e as categorias voltadas aos médios e grandes produtores, garantem que aqueles que têm uma produção em maior escala, responsáveis por uma

significativa parcela das exportações agropecuárias brasileiras, tenham os recursos necessários para aprimorar suas operações e se manterem competitivos no mercado global.

Além disso, ao permitir a oferta de créditos tanto por instituições públicas quanto privadas, o Plano Safra assegura uma maior capilaridade e diversidade de opções financeiras para os produtores. De acordo com dados fornecidos pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor)/Banco Central do Brasil nos últimos dez anos, o Plano Safra tem visto aumentos substanciais nos valores destinados ao financiamento da safra agrícola nacional. Esses investimentos refletem o compromisso que o país possui com o setor agrícola que, hoje, é vital para a economia do país.

O Plano Safra 2013/2014 foi contemplado com R\$ 157 bilhões. No ano seguinte, 2014/15, houve um aumento para R\$ 180 bilhões. Este incremento continuou, e para 2015/16, o valor alocado foi de R\$ 214 bilhões, mantendo-se o mesmo para o ciclo 2016/17.

No período 2017/18, o plano recebeu R\$ 218 bilhões, e em 2018/19, este valor subiu ligeiramente para R\$ 222 bilhões. A tendência de crescimento persistiu nos anos seguintes, com R\$ 223 bilhões destinados no ciclo 2019/20 e um salto para R\$ 236 bilhões em 2020/21.

Nos dois últimos anos, observamos aumentos significativos, indicativos da priorização crescente do setor agrícola. Em 2021/22, o Plano Safra foi dotado de R\$ 251 bilhões. E para o período 2022/23, o montante alocado atingiu R\$ 334 bilhões e para o ano agrícola 2023/24, verifica-se um financiamento recorde de R\$ 441 bilhões, refletindo o peso da agricultura para a sociedade e para a economia brasileira.

No entanto, o acesso ao crédito rural nem sempre foi isento de desafios. A concentração de terras e a disparidade no acesso a esses recursos entre grandes e pequenos produtores têm sido temas de discussão contínua. Estudos como o de (Grisa; Schneider, 2015) sugerem que os grandes produtores se beneficiaram desproporcionalmente do crédito rural disponível, em detrimento dos pequenos agricultores que representam uma proporção significativa da base produtiva nacional. Esse desequilíbrio levanta questões sobre a eficácia das políticas públicas na promoção de uma agricultura sustentável e inclusiva no Brasil.

OS ESTUDOS SOBRE FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO NO BANCO DE DADOS DA CAPES

Ao realizarmos uma análise quantitativa dos artigos relacionados ao financiamento e financeirização do agronegócio no banco de periódicos da CAPES, nos deparamos inicialmente

com uma observação surpreendente: o volume total de publicações nesse tema era consideravelmente baixo. De fato, encontramos apenas 79 artigos que abordavam, de alguma forma, os temas de interesse.

Dentro deste conjunto, um filtro mais minucioso se fez necessário para identificar aqueles que estavam alinhados diretamente ao nosso foco de investigação. E, após essa análise mais detalhada, constatamos que apenas 27 desses artigos estabeleciam uma conexão relevante com o objetivo específico de nossa pesquisa. Tal observação ressalta a necessidade de mais estudos e publicações na área, dada a importância do agronegócio e suas nuances financeiras para o cenário econômico atual.

Essa escassez de literatura específica sobre financiamento e financeirização no agronegócio no banco de periódicos da CAPES nos leva a refletir sobre possíveis lacunas na pesquisa acadêmica relacionada ao setor. Tendo em vista a relevância crescente do agronegócio na economia global e as intrincadas relações financeiras que o permeiam, é essencial que haja uma maior produção científica sobre o tema. A limitada quantidade de artigos encontrados pode indicar tanto uma oportunidade quanto um desafio para pesquisadores da área, sugerindo que há muito a ser explorado e discutido no que tange às estratégias e modelos financeiros no setor agroindustrial.

Uma das ferramentas visuais mais eficazes para identificar e apresentar tendências em dados textuais é a "nuvem de palavras". Ao analisar as palavras-chave extraídas dos artigos relacionados ao financiamento e financeirização do agronegócio, optamos por construir uma nuvem de palavras, proporcionando uma representação gráfica das temáticas mais frequentes e destacadas. Esta nuvem, portanto, oferece uma visão imediata das áreas de maior enfoque e dos termos recorrentes no conjunto de literatura analisada, permitindo identificar, de maneira intuitiva, os tópicos dominantes no campo do agronegócio e suas inter-relações financeiras.

Na nuvem de palavras gerada a partir das palavras-chave extraídas dos artigos, percebemos uma rica tapeçaria de termos que denotam diversas facetas do agronegócio e suas interações com o mundo financeiro.

Primeiramente, a repetida menção ao termo "Agronegócio" reforça sua centralidade e relevância no conjunto de literatura analisada. Temas como "Endividamento", "Rentabilidade" e "Estrutura de Capital" evidenciam uma clara inclinação para a avaliação econômica e financeira do setor. A presença de termos como "Cooperativas", "Cooperativas de crédito" e "Cooperativismo agropecuário" sinaliza uma investigação sobre estruturas organizacionais que desempenham papéis significativos no financiamento e funcionamento do agronegócio.

Figura 1 – Nuvem de Palavras – 2023.

Fonte: Periódicos CAPES – 2023. **Elaboração:** Autores

A menção às instituições financeiras como "BNDES" e "Banco Mundial" indica uma investigação sobre as fontes financiadoras e suas influências, enquanto a referência a áreas específicas, como "Cerrado Goiano" e "Mesorregião Sul Goiano", mostra uma perspectiva regionalizada em algumas das pesquisas.

As palavras "Financeirização", "Land grabbing" e "Renda de terra" são particularmente interessantes, refletindo estudos que possivelmente exploram as complexidades das relações de terra e capital no contexto contemporâneo. Além disso, termos como "Política agrícola", "Políticas públicas" e "Pesquisa e desenvolvimento" apontam para a intersecção do agronegócio com as políticas estatais e os esforços de inovação.

Termos como "Territorialização", "Conflitos territoriais" e "Mundialização" sugerem uma abordagem mais ampla, considerando as dinâmicas espaciais, geopolíticas e as transformações no campo em um contexto globalizado.

Com isso, a análise desta nuvem de palavras, à luz de nossa bibliometria, revela uma gama diversificada de temas e subtemas, abrangendo desde questões financeiras específicas até contextos geopolíticos mais amplos, todos orbitando em torno do núcleo central do agronegócio.

Para aprofundar nossa compreensão sobre as diferentes modalidades abordadas na literatura, criamos uma nuvem de palavras centrada nas entradas da coluna "tipo de financiamento". Esta ferramenta visual revela, de forma imediata e impactante, quais modalidades de financiamento têm sido mais frequentemente discutidas e pesquisadas no âmbito do agronegócio. Ao visualizar esta nuvem, é possível discernir, quase instantaneamente,

4. Tendências e Desafios: A referência a "endividamento das empresas" e "Financeirização da terra" sugere uma abordagem analítica das pressões financeiras e das novas tendências que estão moldando o agronegócio. A financeirização, em particular, aponta para uma crescente intersecção entre mercados financeiros e práticas agrícolas.
5. Agentes Privados e Corporativos: nomes como "Banco Ômega", "Petrobrás, JBS, Marfrig, BRF Foods, Amagi, Coama e Caramuru" sublinham o papel central das entidades corporativas e bancárias no financiamento e estruturação do agronegócio.
6. Regulação e Normas: A menção a "linhas de crédito de acordo com as regras do Banco Central" enfatiza a interação entre o setor financeiro do agronegócio e o arcabouço regulatório que o governa.

Ao conjunto, nossa bibliometria reflete um panorama multifacetado do financiamento no agronegócio, onde a interação entre práticas tradicionais, inovações e desafios formam a tapeçaria complexa do setor no Brasil.

Esta nuvem de palavras demonstra a complexidade e a riqueza das abordagens de financiamento no agronegócio. O cenário traçado através destes termos sugere um campo em constante evolução, onde práticas tradicionais e inovações coexistem, moldando a estrutura do agronegócio brasileiro.

Ao avaliar os 27 artigos selecionados para nossa análise, notamos uma distinção interessante: enquanto a maioria (18 artigos) abordava diretamente a temática de financiamento do agronegócio, uma quantidade considerável, equivalente a 9 artigos, não tinha o financiamento do agronegócio como foco central.

Este achado é significativo por várias razões. Em primeiro lugar, indica que o tópico de financiamento do agronegócio, embora crucial, é frequentemente interligado com outros aspectos ou abordagens do agronegócio, o que sugere uma complexidade multidimensional nessa área de estudo. Os artigos que não abordavam diretamente o financiamento, mas ainda eram relevantes para nossa pesquisa, possivelmente exploravam tópicos correlatos ou contextos em que o financiamento desempenha um papel, ainda que não seja o tema principal.

Essa distribuição revela que, enquanto o financiamento do agronegócio é, sem dúvida, um tópico de interesse e relevância, o campo do agronegócio em si é vasto e interconectado. Estudos que não se concentram exclusivamente no financiamento ainda podem fornecer

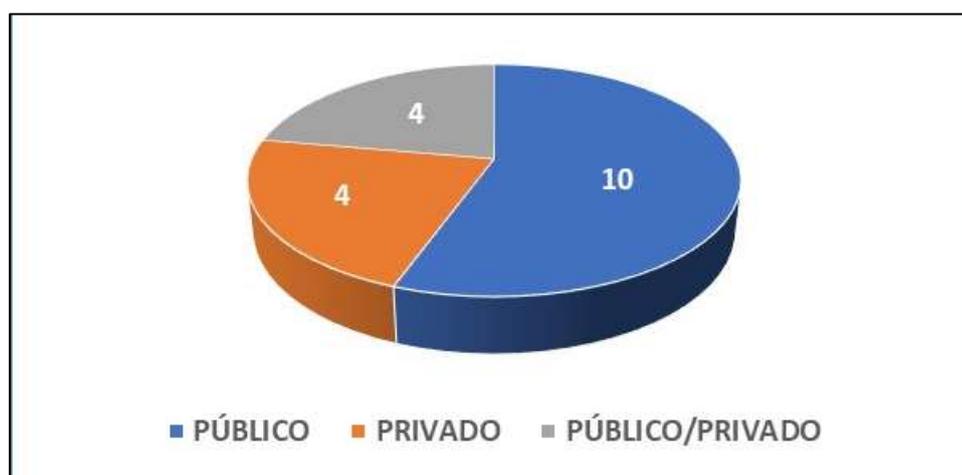
insights valiosos para entender o ambiente mais amplo em que o financiamento do agronegócio ocorre.

Na bibliometria, optamos por representar graficamente os tipos de financiamento abordados nos artigos que tratam diretamente dessa temática. O objetivo central era distinguir entre as referências a financiamentos puramente públicos, puramente privados ou uma combinação de ambos (público/privado). A Figura 3 proporciona uma perspectiva clara sobre as tendências predominantes na literatura e oferece insights sobre onde o foco da pesquisa e prática está concentrado, facilitando a compreensão das dinâmicas de financiamento no setor do agronegócio.

Ao analisar os 18 artigos que abordam diretamente o financiamento do agronegócio, observa-se uma tendência clara na distribuição dos tipos de financiamento discutidos:

1. **Financiamento Público:** Com 10 artigos focados no financiamento público, percebe-se que esta é uma área de considerável interesse na literatura. Esta predominância pode ser atribuída a diversos fatores. Tradicionalmente, o setor agrícola tem recebido significativo apoio do governo, seja através de subsídios, créditos facilitados ou programas de incentivo. Esta atenção ao financiamento público pode refletir uma tentativa de compreender as políticas estatais, suas eficácias e impactos no agronegócio.

Figura 3 - Número de artigos que abordam a origem do financiamento do agronegócio - 2023



Fonte: Portal de periódicos CAPES - 2023 - **Elaboração:** Autores

2. **Financiamento Privado:** Por outro lado, apenas 4 artigos se concentraram no financiamento privado. Isso poderia indicar que, embora o financiamento privado seja uma parte integral do agronegócio, ele pode não ser tão central ou pode ser menos documentado na literatura quando comparado ao financiamento público. No entanto, a

presença deste tipo de financiamento mostra a crescente importância dos atores e instituições privadas na dinâmica financeira do setor.

3. Financiamento Público/Privado: Os 4 artigos que discutem uma combinação de financiamento público e privado ilustram a realidade interconectada do agronegócio contemporâneo. Hoje, muitas iniciativas e projetos no setor são cofinanciados por fontes tanto públicas quanto privadas, indicando uma tendência de colaboração e parceria entre diferentes stakeholders. Esta abordagem combinada pode ser vista como uma estratégia para alavancar os pontos fortes de ambos os tipos de financiamento e para mitigar os riscos associados a cada um.

A análise destes dados sugere que, enquanto o apoio estatal continua sendo um pilar fundamental para o agronegócio, existe um espaço crescente e vital para a intervenção privada e para parcerias público-privadas. Esta distribuição também indica áreas potenciais que podem ser mais exploradas na literatura, como o crescente papel do financiamento privado e as sinergias emergentes entre os setores público e privado no contexto do agronegócio.

Mitidiero e Goldfarb (2021) lançam luz sobre um aspecto central do sistema de crédito no Brasil:

Os créditos no Brasil são de natureza pública em razão das fontes financeiras que o abastecem e pelos subsídios fiscais e financeiros que o suportam. Esse caráter não tem a ver com o fato do crédito provir de bancos estatais ou privados, mas sim das fontes financeiras, tais como depósitos a vista do público, Fundos Constitucionais, Fundos e programas estatais diversos - Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Tesouro etc. - e, mesmo no caso das fontes privadas (caderneta de Poupança, por exemplo), estas são altamente subsidiadas na tributação de rendimento, portanto, com raiz pública. (Mitidiero; Goldfarb, 2021, p. 15)

A natureza intrinsecamente pública dos créditos, independe da origem dos recursos financeiros ser de instituições públicas ou de instituições privadas. A base desta afirmação reside no fato de que a maioria dos recursos utilizados para alimentar o sistema de crédito provém de fontes financeiras que são, em grande parte, influenciadas ou reguladas por mecanismos governamentais, como subsídios fiscais e financeiros.

É importante destacar que, dos 28 (vinte e oito) artigos selecionados para o nosso estudo sobre financiamento, nenhum tenha abordado a questão do subsídio. Este aparente vácuo na literatura pode ter algumas explicações possíveis:

1. Especificidade do Tema: Pode ser que os artigos selecionados estivessem focados em outros aspectos do financiamento, deixando de lado a questão dos

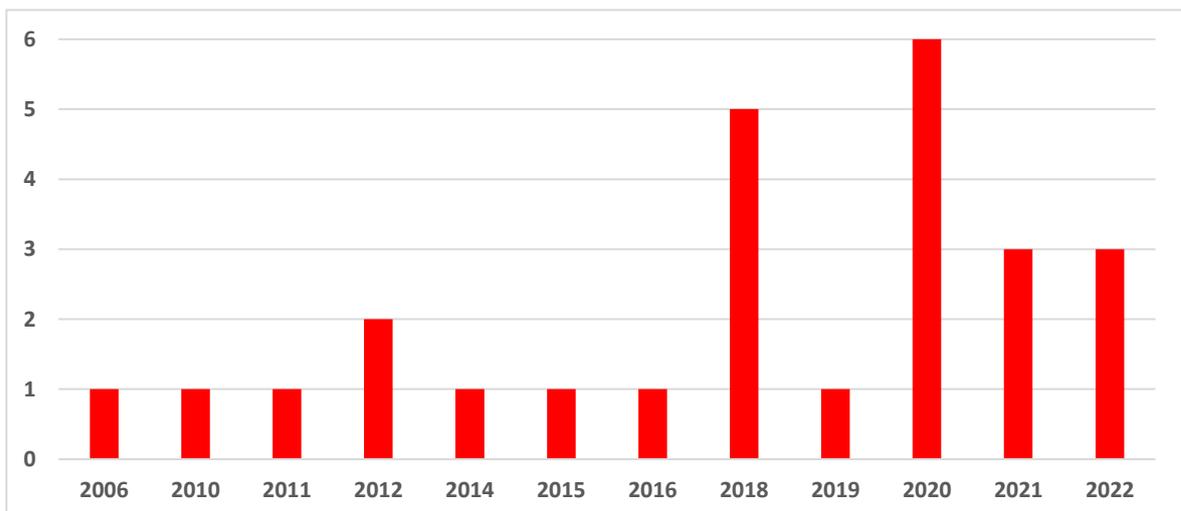
subsídios por considerarem um tópico já bem estabelecido ou de conhecimento comum.

2. Assunto Subentendido: Em muitas análises sobre financiamento, o papel dos subsídios pode ser considerado um dado implícito, visto que muitos profissionais e acadêmicos da área já estão cientes da sua presença e impacto.
3. Necessidade de Pesquisa Futura: Esta lacuna pode sinalizar uma área ainda pouco explorada na pesquisa sobre financiamento no agronegócio e, assim, representar uma oportunidade para estudos futuros.

A ausência de discussão sobre subsídios nos artigos selecionados reitera a necessidade de uma leitura crítica da literatura e sugere que, em pesquisas futuras, seria valioso explorar e esclarecer o papel dos subsídios no panorama mais amplo do financiamento do agronegócio no Brasil.

A temporalidade é um elemento importante na pesquisa acadêmica, ajudando a entender a evolução, relevância e tendências em um determinado campo de estudo. A figura 4 foca justamente nesta dimensão temporal, traçando uma linha do tempo que abrange os anos de publicação dos artigos selecionados. Com o primeiro artigo datado de 2006 e o mais recente em 2022, temos uma janela de 16 anos, permitindo uma análise aprofundada das discussões, mudanças e desenvolvimentos relacionados ao financiamento do agronegócio durante este período.

Figura 4 - Período das publicações analisadas sobre o financiamento do agronegócio - 2006/2010-2022



Fonte: Portal de periódicos CAPES - 2023 - **Elaboração:** Autores

Este gráfico é fundamental para entender como o campo do financiamento do agronegócio tem evoluído ao longo do tempo, identificando possíveis picos de interesse,

lacunas de pesquisa e a crescente relevância do tema. Ao traçar a trajetória dos artigos ao longo destes anos, podemos inferir sobre os eventos, políticas ou inovações que podem ter influenciado o interesse acadêmico no tema, bem como antecipar futuras direções que a pesquisa pode tomar à luz dos desenvolvimentos mais recentes. Desta forma, este gráfico fornece uma perspectiva cronológica que enriquece e contextualiza nossa compreensão das dinâmicas de financiamento no agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O financiamento do agronegócio é uma temática de relevância central, dada a importância deste setor para a economia brasileira. Surpreendentemente, ao nos embrenharmos na base de periódicos da CAPES, identificamos que poucos estudos abordam essa temática de forma aprofundada. Através da nossa bibliometria, foi possível traçar um panorama da produção acadêmica sobre o tema ao longo de um período significativo de 16 anos. Ficou evidente que, enquanto muitos estudos se concentram no financiamento público e suas nuances, há uma lacuna relativa à discussão de subsídios. Além disso, observa-se uma carência de análises relacionadas ao papel crescente do financiamento privado e das parcerias público-privadas, destacando uma área potencialmente subexplorada no contexto acadêmico.

Nossa investigação sobre o financiamento do agronegócio, embora meticulosa, apresentou algumas fragilidades. Primeiramente, enfrentamos a limitação de uma amostra restrita, visto que baseamos nossa pesquisa exclusivamente no banco de periódicos da CAPES. Isso pode ter nos privados de acessar toda a gama de produções acadêmicas relevantes sobre o tema. Além disso, notamos uma falta de enfoque em subsídios, um pilar essencial do financiamento, conforme destacado por Mitidiero e Goldfarb (2021). A ausência de debates sobre subsídios pode sinalizar uma lacuna na literatura atual ou talvez uma limitação na nossa metodologia de seleção de artigos. Além disso, a variação temporal foi uma questão, pois, apesar de termos coberto 16 anos de produção acadêmica, as tendências recentes ou emergentes podem não ter sido plenamente reconhecidas ou interpretadas em nossa análise.

Diante dessas constatações, sugerimos alguns caminhos para pesquisas futuras. Seria fundamental realizar uma análise aprofundada dos subsídios no financiamento do agronegócio, examinando sua trajetória, consequências e significados para o setor. Ademais, a expansão da base de dados utilizada pode enriquecer futuros estudos, integrando diferentes fontes acadêmicas para uma amostra mais diversificada. Uma abordagem qualitativa também poderia

ser empregada, permitindo uma compreensão mais profunda dos argumentos e perspectivas dos autores. Além disso, dada a rapidez das mudanças econômicas, tecnológicas e políticas, seria prudente estar atento às tendências emergentes no financiamento do agronegócio.

A pesquisa trouxe à tona importantes aspectos da literatura sobre financiamento do agronegócio, evidenciando tanto os tópicos predominantes quanto as áreas menos exploradas. Antecipamos que estas observações possam nortear e enriquecer futuras investigações, conduzindo a uma compreensão ainda mais aprofundada e abrangente deste segmento tão vital para a economia brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. **Institui o crédito rural**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1965.

CASTRO, Paulo Roberto Valério de. **Do Estado ao Mercado: a trajetória do crédito rural brasileiro e as diversas fontes de financiamento, período colonial ao século XXI**. **Informações Econômicas**, SP, v. 47, n. 3, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2017/tec4-0717.pdf>. Acesso: 30 set. 2023.

EMBRAPA. **Tecnologias desenvolvidas pela Embrapa Cerrados e parceiros que transformaram o Cerrado e o Brasil: especial 40 anos / Fábio Gelape Faleiro, Sebastião Pedro da Silva Neto, editores técnicos**. – Planaltina, DF: Embrapa, 2022.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês**. In. FILHO, Eraldo da Silva Ramos, et al. Estado, Políticas Públicas e Território. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 280 p.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, fev. 2015.

Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2003. **Institui Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e o Warrant Agropecuário – WA**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111076.htm. Acesso: 29 set. 2023.

Mendonça, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano**. f. (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2004.

Mitidiero Junior Marco Antonio; Goldfarb, Yamila. **O Agro não é Tech, o Agro não é Pop e Muito Menos Tudo**. FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG, 2021.

Mugnaini, R. (2008). **Bibliometria e cientometria: conceitos e aplicações**. Transinformação, 20(2), 151-172.

Banco Central do Brasil. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural> Acesso: 15 ago 2023.

Inocêncio, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

Vanti, N. A. (2002). **Da bibliometria à webometria:** uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, 31(2), 152-162.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Série Educando.** Editora Papirus Editora, 1988. 107 p.

Souza, Priscila; Herschmann, Stela; Assunção, Juliano. **Política de Crédito Rural no Brasil:** Agropecuária, Proteção Ambiental e Desenvolvimento Econômico. 1ª ed. Rio de Janeiro – RJ: Climate Policy Initiative, 2020.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES

Mestre em Administração Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade de Brasília (UnB). Doutorando em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Arquivista da Universidade de Brasília (UnB). Professor da rede básica de ensino do estado do Goiás. <http://lattes.cnpq.br/7623541957437586>

MANOEL CALAÇA

Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás (1974), mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro (1983) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: migração, modernização do campo, territorialização do capital no Cerrado, relações de trabalho, mobilidade populacional e agricultura e movimentos sociais no campo. <http://lattes.cnpq.br/1893714192029341>

VALÉRIA PEREIRA SANTOS

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia pelo IESA/UFG (turma 2023). Vinculada a linha de pesquisa Dinâmica Socioespacial, com pesquisa relacionada a conflitos e violências contra comunidades camponesas na fronteira agrícola do Matopiba. Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Tocantins (2017 - 2019). Especialista em Geografia, Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Federal do Tocantins (2008 - 2009). Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2003 - 2007). Desde 2019, atua como coordenadora de projetos na Comissão Pastoral da Terra - CPT, com a temática Cerrado, povos e comunidades tradicionais, com trabalhos e pesquisas relacionadas a interface entre a questão agrária, direitos territoriais e as políticas públicas na fronteira agrícola no Cerrado. As atividades de pesquisa estão focadas nos processos de conflitos territoriais no Cerrado, especialmente na região do Matopiba. Desde julho de 2022, faz parte do Conselho Editorial do Periódico Conflitos no Campo Brasil, publicado pela Comissão Pastoral da Terra. Desde 2022, faz parte do Grupo de Estudos Território, Trabalho e Políticas Públicas - TRAPPU. Bolsista pela CAPES. <http://lattes.cnpq.br/3385203262027177>

NATALIA LUCAS MESQUITA

Doutoranda em Geografia, pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Goiás (FAPEG). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Goiás. Especialista em "Gênero e Diversidade na Escola" pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Mestra em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Tem experiências em pesquisas relacionadas a educação, questão agrária no Brasil e questões de gênero. <http://lattes.cnpq.br/8742854599590634>